

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2016**

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 14.06.2016.

ABERTURA

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, José António Carrapatoso Oliveira, presidiu à sessão que teve início às 09.30 horas, tendo o senhor Orlando Vítor Fernandes Nunes desempenhado, as funções de primeiro secretário e a senhora Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho as funções de segunda secretária.

PRESENCAS

José António Carrapatoso Oliveira, Presidente da Assembleia, Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima, Orlando Vítor Fernandes Nunes, António Manuel Ferreira Penela, Ilda Maria Carvalho Pereira, Carlos Manuel Fernandes Silva, João Paulo Batalha Machado, Maria da Ascensão Bernardo Amaral, Manuela Damiana Santos Almeida, Emanuel Domingos Peixoto, em substituição de Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues, Ângelo Manuel Mendes Moura, Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa, Orlando de Jesus Azevedo Marinho, em substituição de Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, Manuel Lino Pereira de Carvalho, João Pedro Ferreira Santos Melo, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Constantino José da Costa Vaz, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas e Carlos Manuel Almeida Loureiro e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões, Secretária da Junta de Freguesia de Britiande, em representação do seu Presidente, Cambres, Ferreirim, Ferreiros de Avões, Secretário da Junta de Freguesia de Figueira, em representação do seu Presidente, Lalim, Lamego (Almacave e Sé), Lazarim, Penajóia, Samodães, Sande, Tesoureiro da União de Freguesias (Cepões, Meijinhos e Melcões), em representação do presidente, Secretário da União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem), em representação do seu Presidente, Várzea de Abrunhais e Secretário da Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei em representação do seu Presidente

AUSÊNCIAS

O senhor Presidente da Assembleia justificou as ausências dos senhores Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues, Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e os senhores Presidentes de Juntas de Britiande, Figueira, Penude, União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, União de freguesia de de Cepões, Meijinhos e Melcões, União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem e Vila Nova de Souto D' El Rei

ANTES DA ORDEM DO DIA

Interveio o senhor **João Paulo Batalha Machado** para afirmar que lamenta a saída do Reino Unido da União Europeia, pois, há poucas horas, esta saída era improvável. Disse que esta situação deve interessar e preocupar todos pelas consequências desta saída. A União Europeia vai ficar mais pobre e enfraquecida e o Reino Unido fica com divisões internas. A Escócia, por exemplo, quer continuar na União Europeia; o próprio país tem uma situação jurídica complexa e ficará com problemas. Quando o Reino Unido sair da União Europeia deixa de haver circulação de bens e pessoas, logo os imigrantes portugueses serão estrangeiros, tendo que ter licença para ali residir, e, sendo Portugal exportador para ali, haverá consequências, pois os bens exportados chegarão mais caros ao Reino Unido e pagarão mais taxas alfandegárias. Deixa este assunto à reflexão da Assembleia.

Tomou a palavra o senhor **João Pedro Ferreira Santos Melo**, afirmando parecer-lhe mais importante refletir sobre o que levou os ingleses a tomarem esta decisão. Infelizmente, está-se a ver que as políticas europeias são para uma Europa a duas velocidades, porque não é a melhor solução aplicar austeridade a países que se encontram em grandes dificuldades. Disse ter ouvido um membro da ONU, que tem vários estudos na área da economia, comparar a União Europeia a um moribundo, ao qual se está a tirar cada vez mais sangue, isto é, acabar com a União Europeia. É o que está a acontecer nesta Europa, que se devia preocupar, fundamentalmente, com as questões sociais, mas que se tem preocupado, sobretudo, com a alta finança. A decisão dos ingleses deve fazer-nos refletir sobre as decisões tomadas em Bruxelas. Alertou para a necessidade urgente de instalar casas de banho na zona onde se realiza a feira semanal.

Chamou ainda a atenção para a fatura da água, na qual aparece uma taxa de proteção civil muito cara, no valor de setenta e cinco cêntimos por contador, perguntando para que serve, como é distribuída e como é encaminhada, qual é o seu destino, que resultará num encaixe de cerca de cento e oitenta mil euros por ano, desconhecendo se a proteção civil precisará de tanto dinheiro.

Referiu-se ainda à alienação do património, dizendo que se vendeu uma escola no Lugar de Rio Bom, que houve a hipótese de se vender mais duas escolas, pelo que gostava de conhecer os critérios para a venda deste tipo de edifícios.

Ele e a CDU entendem que este património não devia ser vendido a privados, devia ser recuperado e transformado em habitações sociais, seguindo o bom exemplo do Município de Santa Marta de Penaguião, pois crê que em muitas aldeias rurais do Município de Lamego, há necessidade de habitação social.

Perguntou ainda se o Pavilhão Multiusos já estava em plenas funções, com a devida licença de utilização, bem como quando se prevê fazer a alteração do trânsito na Avenida Alfredo de Sousa, que é caótico, como se verificou quando das obras de recuperação do Eixo Barroco.

Por fim, lançou um repto aos membros da Assembleia para consumirem nestas sessões água em jarras, proveniente das torneiras, em vez de engarrafada. A qualidade da nossa água é muito boa e isso seria um exemplo.

Tomou a palavra o senhor **Orlando de Jesus Marinho**, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que até há pouco tempo, num período de quase três anos, exerceu o cargo de Presidente da Assembleia Geral da APAES – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas da Sé, da qual é membro fundador. Neste momento, ainda desempenha as funções de representante dos pais e encarregados de educação das turmas onde estudam as suas duas filhas. Tem sido abordado, frequente e insistentemente, nas últimas semanas por outros pais e encarregados de educação, quer do agrupamento de escolas da Sé, quer do agrupamento de escolas de Latino Coelho, que pretendem saber porque continuam a pagar as refeições escolares dos seus filhos, enquanto outros, na mesma situação socioeconómica não as pagam. Refere-se ao facto de o senhor Presidente da Câmara, desde 2012, ano imediatamente anterior ao das eleições autárquicas de 2013, ter tomado a iniciativa de isentar o pagamento das refeições escolares de famílias, cujos filhos frequentam os centros escolares de Ferreirim, Penude e Escola Básica n.º 1 de Cambres. Afirmou que o que é igual deve ser tratado de forma igual, o que é diferente deve ser tratado de forma diferente.

Por isso, e para isso, já existem os escalões de abono de família, que decorrem dos rendimentos de cada agregado familiar. Os pais e encarregados de educação da Sé e do agrupamento de escolas de Latino Coelho pretendem saber, quais os critérios que normalizam esta discriminação, sabendo das preocupações do senhor Presidente da Câmara com os jovens lamecenses, futuro deste Concelho e do País, que já são tão poucos, fruto da reduzida natalidade. Está aqui uma oportunidade para que o senhor Presidente da Câmara alargue a medida às restantes famílias do Concelho, a começar pelos Centros Escolares n.º 1-Latino Coelho, n.º 2 – Sé, já no próximo ano letivo.

Usou da palavra o senhor **Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas** para se associar às palavras do senhor João Paulo Batalha Machado, no que respeita à saída do Reino Unido da União Europeia. Disse que ontem tinha adormecido descansado sobre esta questão, pois as sondagens assim o indiciavam. Hoje acordou com esta notícia, diria uma bomba, que espalha estilhaços por toda a União Europeia. Deixando uma imensa nuvem que cobre todo o território europeu. A saída do Reino Unido da União Europeia pesa e deve levar a União Europeia a reflectir sobre a função e o modelo que hoje tem. Mas, não deixa de ser verdade, que o projeto de Robert Schumann, de 1957, está muito longe, está das circunstâncias que hoje enfrenta a União Europeia. Quando a CEE foi fundada, com seis países membros, estava-se muito longe do que é hoje a economia global, das regras rígidas da OCDE, destes novos desafios da União Europeia, muito longe de uma guerra no médio oriente, que arrastou para a Europa milhares e milhares de refugiados. É claro que a União

Europeia é uma estrutura que não prima pela ligeireza das suas decisões, mas também é verdade que os britânicos nunca foram membros da União Europeia de corpo inteiro. Analistas havia que diziam que se havia País que não devia referendar a sua permanência na União Europeia, era o Reino Unido, porque tinha a condição e exceção na União Europeia. Todos sabemos que o Reino Unido recebe 52% das verbas com que participa para o orçamento da União Europeia, entre outras benesses. Disse que a União Europeia ficou hoje mais enfraquecida, porque o Reino Unido é a segunda maior economia do espaço europeu e a primeira potencia militar no espaço europeu. Hoje abre-se uma nova montra de imensas oportunidades e desafios para a União Europeia a 27. Portugal sempre viu a União Europeia como um dado adquirido, nunca possível de acabar nem de abalar, um projeto de progressão, nunca de retrocesso, uma garantia e um socorro para os portugueses, nas suas dificuldades e na ajuda para o nivelamento do desenvolvimento de Portugal. Hoje, também em Lamego, todos devemos reflectir. Em Lamego há um Gabinete onde se fazem muitas atividades á volta da União Europeia, mas, os cidadãos não têm fórum de debate sobre as questões da União Europeia. Todas as forças políticas devem centrar-se nas preocupações dos cidadãos sobre esta questão da União Europeia, porque a maior parte dos cidadãos europeus, nunca lhe deu grande importância, bastando ver o nível de abstenção nas votações das várias eleições para o Parlamento Europeu, o que não é só um problema de governantes nem das elites políticas, mas de cada um de nós. enquanto se não enraizar a característica de ser europeu. Disse ser muito agradável viajar dentro da Europa, sem a preocupação dos passaportes, vistos, paragens nas alfândegas, o que tende a desaparecer com um dos parceiros mais importantes. Os portugueses têm uma velha aliança com a Inglaterra, poderá parecer que esta saída não afecta muito. Está-se num espaço europeu, a União Europeia não negocia com nenhum país individualmente. Portugal é a quarta economia com quem se relaciona, este prejuízo será um prejuízo europeu e para os portugueses que, ultimamente, têm como espaço preferencial para imigrar o espaço britânico.

Disse a todos os presentes, sendo um europeísta convicto, que acredita que a Europa e os europeus, só têm futuro enquanto estiverem unidos, mas hoje vê-se um europeu triste e consternado, esperando que todos repensem e coloquem no centro das preocupações esta questão, pois este exemplo, a ser seguido, pode trazer consequências nefastas a cada um dos países europeus. Portugal num conjunto europeu é um País pequeno, será sempre dos que mais sofrerão com esta fragmentação.

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia**, para afirmar que comunga quer das preocupações e reflexões dos membros deste plenário sobre o *brexít*. Preocupa-o o que se passará entre as várias comunidades que constituem a Grã-Bretanha, porque assumiram posições completamente distintas. A reflexão que todos farão, concluirá

que implicará prejuízos da toda a União Europeia e, Portugal, pela sua ligação afetiva e comercial com o Reino Unido, vai ter, certamente, problemas agravados.

De seguida dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara, tem a ver ao espaço feira para mostrar a sua preocupação com o espaço feira, porque a utilização da Av. D. Jacinto Botelho, continua a degradar a degradar o piso e as paredes do próprio edifício da “*Virgula*”. Há dias reparou que há turistas a fotografar os buracos que estão nas paredes daquele edifício. Considera importante arranjar outro espaço para a feira, pelo que deixa este assunto à reflexão do senhor Presidente da Câmara.

Felicitou a Câmara Municipal por ter iluminado a Rotunda da A 24, situada junto ao Hospital de Lamego. Pensa que vale a pena tomar-se uma atitude mais dura, no sentido de fazer saber que Lamego não se conforma que a A 24 não tenha iluminação em nenhum Nó rodoviário. Deixa o desafio para que todos lutem para que a iluminação seja restabelecida nos Nós da A 24.

O senhor **Carlos Manuel Almeida Loureiro** interveio para se referir ao, cada vez maior, aumento de turistas na cidade de Lamego, um aumento de qualidade, com um turista diferente e com dinheiro, que aqui chega e fica maravilhado com esta pérola do Douro, que julgava não existir, numa região tão linda no interior de Portugal. Mas estes turistas, quando visitam os monumentos da cidade, deparam-se com dificuldades, pois as pessoas que estão nesses monumentos, não falam inglês nem outra língua, como acontece no Castelo, nem há tradução da informação contida nas placas ali afixadas, e são, por vezes, os taxistas que tentam suprimir essa lacuna. Sugere ao executivo Municipal que, através do Gabinete de Turismo, resolva este problema, pois o turismo é essencial para Lamego e sua região.

Referiu-se, também, ao Centro Interpretativo da Máscara Ibérica em Lazarim, cuja abertura teve pompa e circunstância, um discurso promissor do senhor Presidente da Câmara, que trouxe novas perspetivas para os artesãos. Todavia, a informação que lhe chega não é boa, pois os artesãos estão com dificuldades em expor os produtos para venda, porque, a quem foi dada a exploração, tem mais interesse na venda de ginja de Óbidos do que em vender o artesanato de Lazarim. Recorda-se de ouvir o senhor Presidente da Câmara, na inauguração desta infraestrutura, afirmar que era uma oportunidade para os artesãos e para Lazarim.

Contestou o afirmado pelo senhor Orlando de Jesus Marinho, que não faz sentido relativamente às refeições escolares, pois nunca chegou qualquer reclamação sobre a gratuidade, ou não, das refeições à Associação de Pais.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Avões** para se congratular com a intervenção do senhor Presidente da Assembleia que, muito bem disse que a iluminação pública no Nó da A24, estava restabelecida, como também deve ser restabelecida noutros nós, a iluminação pública noutros nós. Aproveita para dizer ao senhor Presidente da Câmara que já se encontra ligada a iluminação pública nas freguesias rurais, conforme vem sendo habitual no Verão, altura de regresso de muitos

emigrantes e de festas. Só que pede ao senhor Presidente da Câmara para que a iluminação pública, seja mantida nas freguesias rurais o ano inteiro, porque são cidadãos de primeira, pagam os seus impostos e têm os mesmos direitos.

Questionou o senhor Presidente da Câmara se os protocolos a estabelecer com as Associações vão ser elaborados, ou não, pois está-se a meio do ano e nada. Afirmou que com a Associação de Freguesias do Norte, caso seja estabelecido esse acordo, não haverá problema, pois a associação será sempre solução, e nunca problema.

Questionou ainda o senhor Presidente da Câmara sobre a razão do cais e do bar de Bagaúste se encontrarem fechados e com aspeto de abandono.

Usou da palavra o senhor **Orlando de Jesus Marinho** para, face á intervenção do senhor Carlos Manuel Almeida Loureiro, atual Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação, que, como Presidente da Direção disse não ter conhecimento de qualquer reclamação relativa às refeições, o que estranha, dado que a questão foi levantada numa sessão Assembleia Geral da APAIS pelo Dr. João Cordeiro, onde o senhor Carlos Manuel Almeida Loureiro esteve presente.

Interveio a senhora **Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa**, para colocar duas questões: uma de âmbito educacional, outra de âmbito relacionada com a cidade de Lamego. Começando com esta, gostaria de saber o que é que se perspetiva para a infraestrutura onde funcionou a esplanada “Quatro Estações”. Como se sabe, o centro da cidade, e bem, tem vindo a responder aos desafios do turismo, erguem-se mais esplanadas na Avenida, que trouxeram, positivamente, um novo ambiente ao centro da cidade, que não pode estar dissociado das obras de recuperação feitas no eixo barroco, onde são mais os aspectos positivos de que os negativos. No entanto, a esplanada “quatro estações” está inativa e abandonada, numa zona nevrálgica da cidade. É urgente requalificar aquele espaço, por isso, gostaria de saber se existe algum plano para tal, que pode ser espaço esplanada ou ter uma outra finalidade.

Outra questão prende-se com os planos estratégicos, pois, quem está na área da educação, sabe que saiu há poucos dias um edital do novo programa - “Programa Nacional de promoção Socioeducativa” - de acordo com o qual se exigiu aos agrupamentos e ás Escolas a elaboração de planos estratégicos de ação, que visem apontar um conjunto de modelos tendentes aos Sucesso Educativo e Escolar. Claro que todas as escolas têm já bem aferidos e elencados o diagnóstico do sucesso, feito pela parte dos Agrupamentos, bem como as propostas de melhoria das atividades de avaliação. Só que estes planos têm que estar articulados e em relação estreita com a Comunidade Intermunicipal, e, inclusivamente, dependem dos fundos disponibilizados no quadro “Portugal 2020”, o que impede as escolas de fazer, de forma isolada, um plano estratégico, que terá de ser feito, em termos de agrupamento, numa inter-relação com a autarquia. Por isso, pretende saber o que é que o Município de Lamego gostaria de ver plasmado nesse Plano Estratégico dos Agrupamentos, ao nível do

Combate ao Insucesso Escolar e qual o contributo que o município pode dar, nomeadamente, que recursos podem disponibilizar.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Avões** para, dirigindo-se ao senhor Orlando de Jesus Marinho, que concorda com o que disse, pois ou se dá a todos ou se tira a todos. Afirmou que fez chegar esse descontentamento ao senhor Presidente da Câmara, juntamente como senhor Presidente da Associação de Pais da Escola Latino Coelho. Questionou ainda o senhor Presidente da Câmara, pois, não sendo o Jardim de Infância, o porquê de haver um agregado familiar com dois ou três filhos, um está no primeiro ciclo e tem direito a refeição gratuita, o outro que está no Jardim de Infância, por não ter subsídio, teria que a pagar. Disse não concordar com a visão do senhor Presidente da Câmara e, daí, atribuiu também as refeições gratuitas ao Jardim de Infância de Avões, Penajóia, Valdigem, Sande. que estavam fora dos centros escolares. Em relação ao Agrupamento de Escolas Latino Colho, sendo a Associação de Freguesias do Norte que faz a gestão das refeições, os Presidentes de Junta, quando há famílias carenciadas, e muitas vezes são elas as culpadas por não entregar as declarações de rendimento dos seus parques recursos à Câmara Municipal, para que lhes seja atribuído o subsídio ou refeição gratuita. A Associação de Freguesias do Norte tem o cuidado de falar com os professores, com o coordenador e saber se a criança tem dificuldades, e, com toda a informação, atribuir as refeições gratuitas a essas crianças carenciadas. Para além daquela situação do CAT, com crianças que preocupam a Associação, que são crianças oriundas da Santa Casa de Misericórdia, a quem têm sido dadas algumas refeições e lanches.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para proferir uma palavra sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, comungando de todas as posições aqui assumidas. Contudo, lembrou que, apesar das desigualdades que ainda se verificam na Europa a 28, a Europa é o maior espaço de qualidade de vida, igualdade, liberdade, democracia, de respeito pelos direitos humanos e pelos valores ambientais e civilizacionais, que estão associados ao mundo ocidental, que não se verificam em nenhum outro espaço do planeta, bastando olhar para o Norte de África, Médio e Próximo Oriente, Ásia ou para América do Sul, onde se encontram economias colapsadas e desestruturadas, sistemas políticos autoritários, corruptos e oligarquias que esvaem os recursos desses países, mesmo dos que os têm de forma abundante. E, portanto, apesar de todas as críticas, por muito justas, que se façam a este espaço europeu e à burocracia que emana de Bruxelas, a Europa é um espaço privilegiado, neste mundo global. Tem-se batido por isso à sua escala, como representante dos municípios portugueses no Comité das Regiões. O Centro Europe Direct é um espaço de divulgação e afirmação do projeto de construção europeia, como o senhor Aurélio Paulo Henriques Barradas aqui referiu, que passa, muitas vezes, ao lado do grande público, mas que é muito ativo em áreas fundamentais para o futuro da Europa, que são as escolas, as suas crianças, os europeus do futuro.

Associa-se ao que aqui foi dito e à preocupação do que resultará, pois, na semana passada, em Bruxelas, ouviu dizer que a Grã-Bretanha, já terá cinco leis preparadas, que condicionarão, seguramente, muitos cidadãos nacionais que trabalham em Inglaterra e as exportações dos produtos portugueses.

Em relação às questões concretas, informou que já existem casas de banho no espaço da feira, no Bloco da Feira e no Edifício da Virgula. Estão abertas, limpas e têm dignidade. As pessoas só têm que procurar os sanitários públicos mais próximos.

Relativamente á taxa de proteção civil, considera que a um membro da Assembleia Municipal exige-se que faça contas certas, porque tem direito e acesso à informação necessária para tal. Existem treze mil contadores, longe dos vinte mil, gastou-se mais de duzentos mil euros só no apoio, direto e indireto, aos Bombeiros Voluntários de Lamego. Gastam-se mais de trezentos mil euros por ano em despesas relacionadas com a proteção. A Taxa de proteção civil só paga cerca de metade do subsídio que o Município atribui, anualmente, os bombeiros, incluindo um conjunto de apoios que se dão aos bombeiros, considerando a equipa de intervenção permanente, os protocolos para a melhoria de instalações ou aquisição de equipamentos. É, por isso, um contributo que tem de ser dado por quem tem património, faltando aqui o contributo dos proprietários dos imóveis rústicos, onde se dão a maior parte dos incêndios. Esses imóveis deveriam ser taxados de forma autónoma, explicou isso quando se aprovou a taxa de proteção civil. O Município não tem capacidade para, junto das finanças, obter a informação necessária para taxar os imóveis rústicos em função do seu valor patrimonial e da sua área. E a solução mais fácil é ir ao pagador da água, que é o interlocutor privilegiado do Município, sem intermediários, no acesso à informação.

Quanto aos critérios de venda dos edifícios, estão identificados, só são vendidos os edifícios ou escolas que não têm interesse no espaço da freguesia ou do lugar. Por isso, a maioria das escolas estão cedidas às associações ou às Juntas de Freguesia. Só as escolas não utilizadas, foram ou serão vendidas, pelo menos, umas quatro.

No que concerne ao Multiusos, disse que o senhor João Pedro Ferreira Santos Melo anda distraído, pois o Multiusos está a funcionar, devidamente licenciado, desde o dia 30 de setembro de 2014. Tem tido atividade semanalmente. Teve, agora, a exposição canina, terá, brevemente, a gala dos Cracks Clube de Lamego. Entretanto, vai tendo outras atividades, entre elas atividades desportivas.

Já em relação à circulação automóvel na Avenida, não se dará ao trabalho de contrariar; não é uma desgraça, muito longe disso. O trânsito flui e funciona, a Avenida está a ser uma sala de visitas da cidade, cumprindo, cada vez melhor a função para que foi pensada. E, em relação aos carros, é melhor, como dia há dias o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, as pessoas irem-se habituando, porque, quando se fazem intervenções de regeneração urbana, é para penalizar o trânsito automóvel, dar atenção às pessoas e comércio, às atividades lúdicas da população, e não para pôr lata em cima de espaços históricos ou junto de monumentos.

No que diz respeito às refeições escolares, disse que a questão das refeições, ao contrário do que disse o senhor Orlando de Jesus Marinho, é para tratar de forma igual aquilo que é igual, tratar de forma diferente aquilo que é diferente, não o contrário. E esta proposta foi aprovada, por unanimidade, no executivo municipal, devidamente, justificada nesse momento, a partir duma conversa com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avões, conversa que o mesmo acabou de referir. E, isso é que é tratar de forma igual o que é igual, com as crianças do 1.º ciclo, que por ser ensino obrigatório, não pagavam refeição e as crianças do jardim-de-infância duma família carenciada, que eram obrigadas a pagar porque o Estado não comparticipa a refeição. Isso é que os pais não compreendiam isso, terem dois filhos, um tem que pagar e o não; as associações de freguesias iam acumulando défice, que depois tentavam transferir para o Município e, por isso, tentou-se regularizar essa situação, dando um apoio social de refeição gratuito, a expensas do Município, a todas as crianças dos jardins-de-infância cujos agregados familiares têm escalões que lhes permitem ter ou refeição gratuita ou refeição a 50%. E foi neste seguimento que ele que propôs e justificou no executivo, merecendo aceitação unânime, aceite. Aproveitou-se esta necessidade de mexer no custo das refeições escolares para poder dar alguma robustez aos dois centros escolares que estão fora da sede do Concelho e à escola de Cambres, que estão em perda de alunos, porque os pais das crianças não querem ter ali os filhos, e querem colocá-los nos centros escolares da cidade, por questões de, supostamente, igualdade de oportunidades e condições. O apoio do Município às refeições escolares, nesses centros escolares e nos jardins-de-infância em regime de proximidade nas freguesias, é à estrutura e não aos pais dos alunos. O que importa é apoiar a estrutura para que tenha melhores condições de ser atrativa para os alunos da área da sua residência, não olhando para quem a frequenta. O Município fez contas e, sendo que nas freguesias rurais a percentagem de encarregados de educação com subsidio, em termos de abono de família do 1.º e 2.º escalão é mais elevado, o número de refeições que se oferecem nesses centros escolares a crianças, cujos encarregados de educação não se incluem nesse regime de apoios é diminuta. Isto é um esforço muito pequeno para que os agregados familiares com mais capacidade económica, tenham os seus filhos naqueles centros escolares, e não os tragam a um dos centros escolares da cidade ou ao Colégio de Lamego ou outra. O que se tenta é encontrar soluções para que o que foi definido e aprovado na carta educativa, por unanimidade, nesta Assembleia Municipal, com centros escolares na sede do Concelho e nas freguesias rurais, se possam manter, pelo menos, por os dez anos para que foi pensado para ela, que termina em 2017. Assim, considera cumprida a missão da carta educativa, com os centros escolares em funcionamento.

Relativamente às questões colocadas pelo senhor Presidente da Assembleia, disse, em relação à Feira, que há um problema com a Feira semanal, difícil de equacionar. Ou se mantém a feira naquele arruamento, ou se passa para o Largo da Feira, frente

ao Multiusos ou se muda a feira para um novo espaço. A sua posição pessoal é conhecida, até já se fez um inquérito ao comércio da cidade, e, maioritariamente, o comércio da cidade prefere a feira no Largo da Feira. É evidente que, onde quer que seja a feira, os pavimentos ficarão degradados, a menos que se consigam impor regras de organização, respeito pelo equipamento, mobiliário urbano e infraestruturas que lá existam, regras de limpeza e de cuidado na manutenção do espaço, sendo difícil lidar com este tipo de comerciante e comércio, que é precário e desorganizado.

A solução alternativa era fazer um espaço novo para a feira, significa que tem de se arranjar um espaço pavimentado para os feirantes e clientes, que não querem pisar lama e pó. Isto pressupõe pavimentar o espaço, de cerca de dez mil metros quadrados, que pode custar duzentos mil euros ou mais, não lhe parecendo que esteja nos horizontes deste executivo fazer este investimento. Quando houver condições e vontade, também por parte dos feirantes, estar-se-á em condições de reorganizar o espaço ou transferi-los para o Largo da Feira.

Relativamente à iluminação pública do Nó da A 24, disse que está parcialmente ligado a expensas do Município.. Informou que só há dois Nós ligados, o Nó da A25 e o da A4, isto é, não são da A24 mas das transversais que a atravessam, porque são concessionárias diferentes. Nessas não houve corte de iluminação pública, ou seja, há uma discriminação brutal dos Municípios servidos pela A24, em relação aos que são servidos por outras auto-estradas. Na Comunidade Intermunicipal, ele e o senhor Presidente da Câmara de Vila Real, fez-se um protesto junto do senhor Ministro, que até agora não teve resultado. Entretanto, haveria uma forma provável para ajudar a resolver este problema em relação ao Nó de Lamego, que tem a ver com a possível desclassificação de parte da estrada nacional 226, desde o Nó até onde está aquela oficina de motos, mas, dado que só desclassificam a estrada, não desclassificam as parcelas sobrantes, pelo que se continua a ter o problema da iluminação na envolvente e o espaço em frente à Operscut abandonado e degradado. Está-se a tentar negociar essa situação, mas não está fácil.

No que concerne ao Turismo e à questão do senhor Carlos Manuel Almeida Loureiro, disse que o turismo da cidade de Lamego tem crescido imenso e, ao contrário do turista excursionista, que sempre foi o turista típico da cidade, que vem ao Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, visita a Sé Catedral e o Museu, passeia um pouco pela cidade e se vai embora. Hoje, o turismo é diferente, gente que fica ou que vem em passeio mais restrito e organizado, quer visitar, fazer uma boa refeição e comprar produtos regionais, o é visível e sentido dos diversos espaços da cidade. É importante fazer um esforço para que o Município se adapte e tenha oferta compatível com esse turista, pois, de contrário vem à cidade, vê e gosta muito, mas vai-se embora sem deixar dinheiro na cidade. Mas isso deve merecer uma resposta das estruturas económicas do Concelho, não podendo ser só dos poderes públicos. É evidente que devemos melhorar a informação dos espaços museológicos abertos, mas aí, não pode

fazer muito, dadas as restrições à contratação de pessoal, pelo que se, está a trabalhar com estagiários, com gente do Centro de Emprego, com os programas “100+”, tendo havido uma razia grande, com pessoas que foram para o Call Center da Altice, gente que, em termos de francês, funcionava bem, dado ser este o maior número de turistas que vem ao Douro e a Lamego. Fica satisfeito quando ouve o senhor Carlos Manuel Almeida Loureiro, dizer que alguns taxistas da cidade se estão a preparar para fazer o acompanhamento desses turistas e informou que, há dias, teve se cruzou com um taxista de Lamego na Quinta do Carmo, com um grupo de turistas, extravasando as fronteiras do Concelho de Lamego e os passeia pelo Douro, mostrando os sítios e dando informações sempre úteis e bem-vindas.

Em relação Centro Interpretativo da Mascara Ibérica tem um problema, ainda pior que o Castelo, Cisterna e outros espaços que existem na cidade, pois é um espaço muito exterior à cidade e investir nas freguesias rurais custa muito, sendo preciso pegar nas pessoas e levá-las daqui para lá. Há problemas complexos de gestão do Centro Interpretativo da Mascara Ibérica, as parcerias são o que são e as dinâmicas locais têm que ajudar mais, porque é aí que se vai jogar o sucesso daquele equipamento, não compreendendo porque não estão as frutas de Lazarim e o artesanato..

Em relação à iluminação pública, disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avões, que pediu para não ser desligada a iluminação nas freguesias rurais, que será desligada no dia 30 de setembro deste ano.

Quanto aos protocolos com as Associações de Freguesia, é um assunto complexo que não está resolvido, que está a ficar mais complexo, não tendo, neste momento, resposta e solução para ele. Em relação ao cais de Bagauste, houve uma proposta da APDL - Administração dos Porto do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A, para um contrato de Gestão do Cais. Tentaram-se várias fórmulas de gestão, que não resultaram, desde uma empresa privada à com a Associação de Freguesias do Sudeste. Entretanto, o contrato proposto à APDL foi declinado na reunião do executivo, não se concordando com uma cláusula de remuneração de pagamento à APDL, que estava isenta no contrato, sendo dito por eles que iriam fazer a concessão da gestão daquele espaço, sendo que, até agora, nada fizeram. Irá questionar a administração da APDL, nomeadamente a Dra. Raquel Moura, que está a tratar este assunto, com quem tem mantido contatos próximos, porque está em causa um projeto da APDL muito importante para o Douro, com catorze milhões de euros já aprovados, no total de cinquenta milhões de euros, para a componente infra-estrutural, incluindo o alargamento do caudal e outros investimentos, talvez até no Porto Fluvial de Lamego. Em relação à solução a dar ao Cais de Bagauste, irá reunir com a APDL sendo que é inadmissível que uma estrutura construída pela Câmara esteja fechada a cadeado.

Quanto às questões colocadas pela senhora, Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa, quanto ao espaço “quatro estações”, a Câmara ainda não decidiu o que fazer, mas, maioritariamente, a posição do executivo será demolir a estrutura, o que

também tem custos, quando há mais prioridades onde gastar dinheiro. Há que fazer uma reflexão, certamente interessante, sobre o que se pode e deve fazer.

Relativamente aos planos de Combate ao Abandono e Insucesso Escolar ou invertendo para a perspetiva positiva de Promoção do Sucesso Escolar, afirmou que, neste assunto, vai ser polémico, pois o que foi pensado não é o que está nos Avisos, isto foi uma inflexão que o senhor Secretário de Estado da Educação fez, que comunicou numa reunião das Comunidades Intermunicipais há algum tempo. O que estava pensado era que os planos seriam ao nível da Comunidade Intermunicipal e partiriam do universo geral para o particular, ou seja, agrupamento e a escola, com um envolvimento total da comunidade educativa e de todas as estruturas do Município envolvidas. Aliás foi esta a recomendação do senhor Director-geral da Educação, que disse, numa reunião que teve com as Cim's, que as medidas de combate ao Abandono e Insucesso Escolar implementadas nos agrupamentos escolares, a maior parte das quais da sua responsabilidade, não tinham resultado e que era preciso uma visão diferente desta situação Mas o senhor Secretário de Estado veio dizer que quem vai fazer os planos são os agrupamentos, ou seja, vai-se deixar a macro escola, volta-se ao mesmo, o que se vai fazer é por o dinheiro no que já se faz e eternizar o problema, sendo esta a sua perspectiva pessoal. Como Presidente da CIM assinou um pacto com a CCDR, de setenta e tal milhões de euros, para esta componente do Combate ao Abandono e Insucesso Escolar. É evidente que quando assinou esse pacto, como responsável pela unidade de gestão dos fundos comunitários na região norte para alcançar os objetivos até 2020 para o Sucesso Escolar nos dezanove concelhos da Comunidade Intermunicipal do Douro, vê agora esta sua responsabilidade diluída e pulverizada por cerca de 45 agrupamentos de escolas, que terão de lhe garantir que as metas com que se comprometeu vão ser cumpridas, sob pena de que, quem sai penalizado não são as escolas, mas sim, a Comunidade Intermunicipal e, dentro da Comunidade Intermunicipal, os municípios que a compõem, porque estas verbas, são verbas que estão afetas à Comunidade, no seu todo e a cada um dos projetos dos municípios. Já teve a oportunidade de dizer isto ao senhor Secretário de Estado numa reunião que a Comunidade Intermunicipal participará em todos os estudos, dificilmente participará em trinta estudos, a Cim dará o dinheiro a quem o Governo disser, apresentarão a candidatura dentro das regras, fará a apreciação dessas candidaturas, aprova-as e entrega-se o dinheiro, e a Comunidade Intermunicipal exigirá que as metas sejam atingidas. Se não forem, vai-se fazer uma cláusula de exoneração de responsabilidade, para que isso possa ser claro e não venha a prejudicar outras candidaturas, por exemplo, de promoção da empregabilidade e do empreendedorismo ou projetos municipais incluídos no pacto, que é muito abrangente, como a modernização administrativa, também aberta nos Avisos. As outras medidas poderão ser comprometidas pelo incumprimento que venha a decorrer destes planos. Pior que o Douro estão outras comunidades intermunicipais,

nomeadamente o Cavado e o Ave, que avançaram já com os planos, gastaram o dinheiro, criaram expectativas, reuniram com dezenas de entidades e, agora, dizem para deitar fora os planos, porque os agrupamentos estão a tratar do assunto. Pensa que haverá seguramente uma solução intermédia, em que as intenções dos agrupamentos sejam acolhidas num plano que terá que ser articulado na escola supramunicipal, no âmbito da Cim, para depois, fazer a execução descentralizada, agrupamento a agrupamento e escola a escola. Esta é a resposta que tem a dar, sendo que gostaria de ter este processo mais consolidado, porque é um assunto que o preocupa, a par da promoção do empreendedorismo, em que a Comunidade Intermunicipal tem algum dinheiro. Se se dividir os seis milhões por seis anos de plano e por dezanove municípios, acaba por ser uma verba reduzida, mas que é dinheiro e tem metas a cumprir. E, até por isso, por ser pouco dinheiro e tendo metas a cumprir, há que ser mais consensuais e rigorosos na forma de o aplicar.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

01- ASSUNTO: APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE ABRIL DE 2016

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária de vinte e dois de abril dois mil e dezasseis, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros.

Deliberação: Colocada à votação a ata foi Aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor e seis abstenções, estas por não terem estado presentes na sessão.

02 - ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, afirmando que a informação é, exaustiva e esclarecedora. Salientará três pontos relacionados com o novo quadro comunitário, com o início de execução de algumas verbas, que possam continuar a suportar o esforço de preparação das condições de desenvolvimento do Concelho de Lamego e da região. A este respeito disse que em 31 de maio, em Santa Maria da Feira, subscreveu o contrato PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - na continuação do projeto das parcerias de regeneração Urbana, quer da “Viver Lamego”, com onze milhões de euros que serão financiados a 85%, com fundos comunitários do QREN. Inclui um conjunto de projetos em três áreas essenciais: Regeneração urbana, Mobilidade e Inclusão Social. Está-se a trabalhar nos projetos para apresentar as primeiras candidaturas, far-se-á uma apresentação pública deste processo logo que haja elementos relativamente consolidados e, em que sejam excluídas algumas questões de inelegibilidade de alguns projetos que estão elencados, mas que têm essas dificuldades. Acresce a este contrato do QREN, em termos de candidaturas aprovadas, os quatro milhões de euros para a Escola Latino Coelho, já com uma proposta do Ministério da Educação para dividir os 15% da

componente nacional em partes iguais, ou seja, 7,5% para o Governo e 7,5% para o Município, faltando a minuta do contrato, para se poder fazer a sua formalização, sendo sua intenção aceitar esta proposta, na medida em que a solução alternativa, será não ter obras na Escola Latino Coelho, porque o Estado não as promoverá.

Outra questão é relativa à participação do Município na Associação Beira-Douro, onde exerce a função de Presidente do órgão gestão, na abordagem Líder, tendo-se aberto os primeiros concursos para se assinar os contratos da CELDS+, para pequenos investimentos de exploração agrícola e apoio à reconversão e modernização e novas atividades da agroindústria empresarial em geral, ligadas à exploração agrícola. E depois seguir-se-ão outras, nomeadamente a da medida do turismo no espaço rural.

Outra nota a salientar é relativa “Douro’s In Land Water Way – 2020”, projeto da APDL para a via navegável do Douro, um projeto de grande alcance e visão que dá seguimento a um projeto a que esteve ligado há oito anos, que na base da sua matriz, está transposto e até atualizado o estado da arte. Tem acompanhado este projeto institucionalmente, como Presidente da CIM, pelo interesse que esta matéria continua a ter para si, para o futuro do Douro, como principal emissor de turistas para a região.

Interveio o senhor Aurélio **Paulo da Costa Henriques Barradas**, para a tecer alguns comentários à intervenção do senhor Presidente da Câmara. O primeiro tem a ver com a inauguração do Túnel do Marão, reconhecido como uma infraestrutura que desencrava definitivamente a parte norte do interior de Portugal, aspiração antiga de transmontanos e norte durienses. Esteve bem quem se lembrou de fazer esta obra, esteve mal quem a parou e esteve outra vez muito bem quem a reiniciou. E foi feliz quem pôde inaugurar esta obra. Todos estamos felizes por nos sabermos mais perto do litoral e saber que, finalmente, há um grande investimento que mexe com o desenvolvimento da região. Em tempos alguém disse que era uma obra faraónica para os eventuais proveitos que viesse a ter, mas o interior tem pago todos os investimentos faraónicos feitos no litoral - aeroportos, grandes bibliotecas e todos os grandes equipamentos, para os quais o interior contribui com os seus impostos. É tempo desta solidariedade se voltar para esta região.

Depois, quer congratular-se com a Medalha de Ouro atribuída à Sociedade Filarmónica de Lalim, de todas a mais antiga, pelo que felicita o executivo.

Comunga com o senhor Presidente da Câmara da importância deste Douro Island Waterway 2020, julga que o Douro é, e será sempre, o essencial desta região. Do convívio que teve em tempos, sabe que não faltam perspetivas de desenvolvimento de projetos articulados dos pontos de vista social, turístico e estrutural; isso nunca lhe pareceu que faltasse ao Douro. Mas, à época em que esteve mais próximo do rio, havia qualquer coisa que lhe parecia ainda fora da consciência coletiva, que é tratar do Douro como sistema ecológico. E, para os que andavam no rio, era incompreensível ver gastar tanto dinheiro na infra-estruturação, em programas da mais diversa qualidade, vendo passar lixo de toda a qualidade e feitio e, mesmo os barcos,

lançavam dejetos para o rio, para não falar na questão dos combustíveis que reportam a transgressão das embarcações. Certo é que um Douro limpo, um Douro ecológico, será sempre um cartão mais consistente para qualquer tipo de turismo e, muitas destas preocupações, vão de encontro ao que são as possibilidades objetivas e comerciais das empresas que operam no Douro. Mas, a consciência ecológica tem que ser transversal a todos os durienses e pode e deve começar pela escola.

Felicitou, de seguida, a AMIJOIA pela mostra da cereja, exemplo singular de uma associação capaz de arrastar atrás de si o interesse de um produto regional que já tipifica o Concelho de Lamego, que, de ano para ano, vem a crescer em termos de importância regional e até nacional, havendo hoje mais produtores, maior produção e interesse pela cereja da Penajóia. Faz bem a Câmara associar-se a este certame.

Colocou uma questão ao senhor Presidente da Câmara, pois todos dão conta do estado de satisfação pela inauguração da 1.^a Feira Agrícola de Lamego. Pensa que é um certame que coloca e responde a algumas questões. Portugal é um país agrícola, Lamego é um Concelho agrícola, pelo que não há como potenciar esta realidade. Pensa que este evento nada terá a ver com a Expodouro, pois se foi essa a ideia seria uma ideia fraca. Pensa que a ideia é criar um novo modelo e uma amostra daquilo que é Lamego, enquanto cabeça de uma região e, nesse particular, pode ser um pólo aglutinador. O senhor Presidente da Câmara diz, na informação, que esta feira foi organizada pela APEDOURO, a Câmara deu o seu apoio, dizendo que a APEDOURO é uma associação promotora de eventos. Assim pretende saber se esta escolha pela feira agrícola, foi uma escolha que resultou da natural articulação e cooperação com a Câmara Municipal, ou se foi a APEDOURO que se lembrou de fazer um evento agrícola em Lamego. Na informação do senhor Presidente dá a impressão que a Câmara apenas deu apoio, dando a impressão que a APEDOURO tudo organizou. Gostaria de ser esclarecido e congratula-se com a Presença do senhor Ministro da Agricultura naquele evento, pois a sua presença ao vir inaugurar a convite do senhor Presidente da Câmara esta primeira Feira Agrícola deu importância a um certame que, pensa que deverá reeditar-se e terá todo o interesse para este Concelho e região.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para, no que concerne à inauguração do Túnel do Marão, dizer que é óbvio que se congratula, embora com duas mágoas. Esta não era a solução para esta região, pois a melhor solução não era o Túnel, mas a variante quarta do estudo prévio da A24, uma travessia que passava a Sul do Marão e permitiria fazer o arranque do IC 26, com uma nova travessia do Douro, ligação a Lamego, continuando para Tarouca, Moimenta da Beira e Trancoso. Fica essa mágoa de, eventualmente, o Túnel do Marão ter morto a última esperança de se ter o IC 26, que era e é muito importante para Lamego e o Douro Sul. Foi injusto para esta região e foi errado, do ponto de vista estratégico. Tem alguma inveja do IC 5, que está feito, que, construído, pode ter morto definitivamente o IC 26, um prejuízo grave esta região, uma vez que a ligação ao Porto é importante, mas a ligação à

Europa é ainda mais importante. E a economia da região, especialmente, desta área frutícola, que vai de Moimenta da Beira a Sernancelhe, Trancoso, a norte Carrazeda de Ansiães, a sul Penalva do Castelo, região que produz a maçã nacional, precisa muito desta ligação, mas não deixará de lutar pelo IC 26.

A segunda reserva tem a ver com a continuidade da A24, de Viseu para Coimbra, a via dos Duques, que encurta o caminho para Lisboa, onde tem que se ir cada vez mais para resolver seja o que for. Enfim, a “geringonça “ que governa o país não irá fazer essa via, por simples motivo de não fazer uma concessão a privados ou uma parceria público/privada, que está fora de questão, construí-la e pagá-la ainda menos porque o país não tem dinheiro. A solução será continuar a fazer o IP 3 ou ir pela A 25 e A1.

Concluindo, o Túnel do Marão é bem-vindo e muito necessário para a região, muito, mas fica aqui a faltar o IC 26 e a conclusão da A24.

Relativamente ao projeto de navegabilidade do Douro, o senhor Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, referiu que teve um convívio próximo com o rio, pode testemunhá-lo, pois ambos partilharam essas experiências. Durante estes vinte anos o Douro evoluiu muito, especialmente na componente ecológica, quer na qualidade da água, porque se construíram muitas estações de tratamento que vieram melhorar a qualidade das águas que chegam ao Rio Douro, quer em termos dos cuidados gerais que a população ribeirinha vai tendo. As embarcações que hoje operam no Douro, são do mais moderno que há na Europa, como são as do maior operador do Douro, a Douro Azul, ultramodernas, ao nível do melhor que há a nível mundial. Contudo, à medida que o Douro for mais navegável, haverá a tendência e o risco, num espaço de circulação livre que a União Europeia é, de alguns operadores do centro da Europa, trazerem as suas embarcações velhas para o Douro. Esta é uma preocupação latente neste projeto, porque o Douro está incluído na Auto-estrada do Mar, é uma via de livre acesso às embarcações, de qualquer ponto da Europa. Mas não se querem no Rio Douro se não cumprirem as regras ecológicas exigentes a que se está a sujeitar as embarcações neste rio. Essa preocupação está neste projeto, beneficiará ainda mais o que o Douro já é, em termos de espaço paisagístico, de excelência e de promoção de alguns ícones, como o vinho do Porto, os vinhos do Douro, bem como os espumantes.

Relativamente à Feira Agrícola de Lamego, disse que tem procurado implementar na gestão de eventos no Município de Lamego, uma grande autonomia dos promotores e da sociedade civil, em geral, Diz “*eu tenho*”, pois nem toda a gente dos vários executivos que liderou e nas pessoas que os integraram, esta solução era consensual. Há quem defenda que a Câmara deve fazer tudo. Ele acha que não, acha que a Câmara só deve fazer aquilo que é necessário fazer. Se houver uma associação, coletividade, Junta de Freguesia ou empresa que faça um dado evento, o Município apoia, desde que seja um evento que dignifique a sociedade e o Concelho.

Aliás, a Expodouro foi o exemplo disso, nasceu como evento municipal, mas foi assumida por outras entidades e a Câmara só apoiava financeira e logisticamente.

O Município tem, em relação à Montra da Cereja a mesma posição, a AMIJOIA organiza, a Câmara está lá para apoiar. Foi o que aconteceu com esta Feira Agrícola, organizada pela APEDOURO. O Presidente da APEDOURO é uma pessoa ligada ao setor agrícola e teve a facilidade de fazer os contatos com os expositores e arranjar patrocínios. E quando lançou este desafio à Câmara, lançou-o já sustentado, dizendo que a Associação tinha a possibilidade de o fazer, havia apoios, confirmações, precisando apenas do apoio institucional da Câmara, com uma declaração a dizer que a Câmara é co-promotor do evento, para apresentar nas diversas entidades que tiveram que ser envolvidas, o apoio logístico e financeiro, que foi, quase integralmente suportado pela Câmara, exceto a questão da bilheteira, que foi um evento pago. Foi pena que as condições climatéricas não fossem as ideais, prejudicando, sobretudo, no sábado, o acesso das pessoas ao espaço, que estava interessante. Contudo, a seu ver, fica a faltar, um grande evento relacionado com o vinho, que vai ter que se fazer, seja na feira agrícola, seja um evento autónomo. O Douro superior já tem um grande evento dos vinhos com um concurso reconhecido nacionalmente. Só há uma forma de reconhecer nacionalmente um evento de vinhos. Só há duas empresas de vinhos e duas revistas de vinhos. Portanto, terá que se encontrar uma reformulação para ter em Lamego, se possível no próximo ano, um grande evento de vinhos.

Quanto à Feira Agrícola, ela tem imensas condições para se afirmar, para ser um espaço de exposição, de montra, mas também de reflexão, o que fez o senhor Ministro da Agricultura quando veio encerrar um conjunto de jornadas técnicas muito direcionadas para os produtos e para as suas preocupações sobre as principais produções da região, sendo este um modelo que acha se deve manter. De resto, sem a utilização do Multiusos a feira teria ficado arruinada sem aquele espaço coberto, onde decorreu uma grande parte das atividades que ali aconteceram. O Multiusos ajuda imenso e faz alavancar estes projetos de promoção da cidade e da região.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para manifestar, em nome da Mesa, e julga também em nome de todos os membros da Assembleia, a sua satisfação pela decisão do executivo de atribuir a Medalha de Ouro, mais que merecida, à Sociedade Filarmónica de Lalim, felicitando-a hoje, na pessoa do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lalim.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lalim** para agradecer publicamente, não só como Presidente da Junta de Freguesia, mas essencialmente, como lalinense, a entrega da Medalha de Ouro à Sociedade Filarmónica de Lalim. É o reconhecimento do trabalho da instituição e de todos os que por lá passaram e passam, desde maestros, músicos e futuros músicos, num trabalho de muitos anos.

Usou da palavra o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para se referir ao *Brexit*, subscrevendo as intervenções aqui já feitas. No entanto, quer aqui deixar uma reflexão a propósito desta saída, que tem a ver com a prática política. Está-se hoje nesta situação porque o Primeiro-ministro inglês resolveu, numa estratégia pessoal de

sustentação de poder, prometer e promover a realização de um referendo, atitude “suicida” que conduziu à vitória do “não”. Assim, pode-se refletir se era pressão dos cidadãos ingleses ou dos cidadãos do Reino Unido, pois existem três realidades distintas naquele espaço: A Grã-Bretanha, o Reino Unido e a Inglaterra. Efetivamente, o futuro dos países, das regiões, dos municípios e o futuro do mundo, muitas vezes resulta destas atitudes individuais. Hoje, a maioria dos políticos, para sustentarem o poder, fazem-no a qualquer preço, e depois o preço paga-se caro.

Quer partilhar outra reflexão a propósito da saída do Reino Unido da União Europeia, que tem a ver com a opinião pública, que deve ser criada sobre o contributo da Inglaterra ou do Reino Unido para a construção europeia. Era bom que se crie a ideia que o Reino Unido fora da União deve ter o estatuto de qualquer outro país que está fora dela, não devendo haver atitudes de regresso de filho pródigo..

Referindo-se às obras do Eixo Barroco, porque é público o que o divide do senhor Presidente da Câmara na ideia que os centros da cidade devem ser devolvidos às pessoas, defende que as pessoas precisam chegar aos centros da cidade, pelo que a questão da mobilidade nos deve preocupar. Isto, a propósito de, há semanas, assistir a congestionamentos de trânsito decorrentes de obras ali realizadas. Assim, pergunta se as obras foram realizadas por defeitos das obras do Eixo Barroco, se foram suportadas pela empresa construtora ou se serão suportadas pelo Município.

Outra questão, a propósito da intervenção do senhor Presidente da Câmara, efectivamente, o Governo de Portugal, a geringonça, expressão engraçada que funciona e se tem pautado pelo cumprimento das promessas eleitorais, Efectivamente, a A 24, dirimida politicamente pelos deputados do PSD e CDS, de uma forma em Viseu e de outra em Lisboa, sabe-se que foi promessa sucessivamente adiada. A geringonça está a encarar essa obra, analisando se será possível ou não executá-la. Questiona o senhor Presidente da Câmara, que responderá se entender, que circula na cidade a afirmação de que estará em curso um inquérito judicial às sociedades Lamego Renova e ConVida, e que o senhor Presidente da Câmara ou o Presidente do Conselho de Administração das mesmas teria sido constituído arguido. Boatos?

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para responder ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura pelo fim. Já anunciou, em sessão anterior da Assembleia, que houve, há meses, uma intervenção da Polícia Judiciária nas instalações do Município para recolher elementos concursais e contabilísticos relativos à Lamego Renova, que estão disponíveis na Internet. No âmbito desse processo, não foram constituídos arguidos.

Quanto às questões do Eixo Barroco, as obras tiveram a ver com as tampas de água e saneamento, devido a um misto de má execução, muitas vezes pelo incumprimento do tempo de secagem de massas especiais, em função da urgência de reabrir o trânsito, não sabe se o problema ficou resolvido, definitivamente. Os custos das intervenções são assumidos integralmente pelo empreiteiro no âmbito da garantia da obra.

Em relação ao cumprimento de promessas e ao prolongamento da A 24, pelo atual Governo, estará cá para ver e aplaudir.

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento

03-ASSUNTO- APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DE LAMEGO

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2232/DASU de 15/05/16, sobre o projeto de regulamento de água do Município de Lamego, com as alterações sugeridas em sede de audiência pública.

Assim, e em conformidade com a presente informação, propõe-se à Assembleia Municipal se digne aprovar o Regulamento de Águas do Município de Lamego.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** dizendo que a Câmara tem pendente uma alteração regulamentar e tarifário no setor de águas e resíduos sólidos do Município, é um imperativo legal, que está a cumprir. Mas é seu entendimento que a Câmara não está sujeita às Leis que estão em vigor e o executivo municipal entendeu reprovado o projeto de regulamento e atualização tarifário, que ele propôs. Todavia, há aspetos em que o regulamento é omissivo e não se prendem com a questão em concreto, que foi reprovada, que tem a ver com a atualização das tarifas de água, saneamento e resíduos, ou seja, o valor mensalmente pago pelos munícipes por metro cúbico de água consumida ou recolha de lixo. Esta situação, que em muitos casos beneficia o consumidor, dando o exemplo não previsto no regulamento numa casa com um jardim grande e uma área verde significativa, pudesse ter um contador específico para a rega do mesmo, e que esse contador ficasse isento das taxas de recolha de lixo e de saneamento e de águas residuais. Esta é uma situação que passa a ser prevista no regulamento e tem doravante acolhimento. Há outros aspetos em que o regulamento era omissivo e que têm que se criar, em defesa do Município e dos consumidores. Contudo, a Câmara precisa de encontrar um equilíbrio entre o custo de fornecimento de água, tratamento de efluentes e recolha de resíduos sólidos urbanos e o que recebe dos munícipes. O imenso défice anual é suportado por todos os Lamecenses, em benefício dos que consomem água ou muita água. Portanto, está-se a subsidiar consumos exagerados de água com os impostos pagos dos Lamecenses, gastando dinheiro que poderia ser canalizado para outros investimentos. Ao optar-se por subsidiar a tarifa de água, está-se a cometer uma injustiça. É uma situação que tem que ser encarada no futuro. Até lá, o Município continuará a suportar esse diferencial, que resulta do défice entre o que cobra e o que paga às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e para suportar custos internos em que está a incorrer.

Entretanto trará, provavelmente em setembro, uma proposta à Assembleia, ainda não discutida no executivo, que tem a ver com a intenção do Governo de agregar a gestão dos sistemas municipais de água em sistemas intermunicipais. Se isso vier a

acontecer, trará ao executivo e à Assembleia Municipal uma proposta para que esta matéria passe a ser da responsabilidade de uma estrutura intermunicipal a criar no âmbito do Douro Sul. Em relação a esta proposta, propõe-se à Assembleia Municipal que a aprove, em defesa dos interesses dos municípios e do Município.

Deliberação: Colocada à votação a proposta foi Aprovada, por unanimidade.

04-ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS

Presente à sessão da Assembleia Municipal, a proposta de deliberação da Mesa da Assembleia Municipal, na qual solicita a adesão da Assembleia Municipal de Lamego à Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informando que foi contactado pelo seu colega, Presidente da Assembleia Municipal de Moncorvo, no sentido da Assembleia Municipal de Lamego integrar a Associação Nacional de Assembleias Municipais. Esta decisão implica, do seu ponto de vista, não só esta legislatura, mas também as futuras Assembleias Municipais, entendendo não dever tomar esta decisão sem consultar este plenário, que autorizará, ou não, a adesão.

Sobre este assunto intervieram os senhores **Ângelo Manuel Mendes Moura, Orlando Victor Fernandes Nunes, João Pedro Ferreira Santos Melo, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas e o Presidente da Assembleia Municipal**, tendo-se concluído, atendendo às intervenções e considerações tecidas, retirar este assunto da Ordem de Trabalhos, comunicando ao senhor Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo que não há unanimidade na adesão dos membros da Assembleia Municipal à referida Associação.

Deliberação: Retirado da ordem de trabalhos.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra nos termos e para os desideratos legais, não tendo havido manifestação nesse sentido.

05-ASSUNTO: MINUTA

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

06- ASSUNTO: TERMO

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão às onze horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico:

